

Íntegra da fala do presidente no programa de rádio

É a seguinte a íntegra da fala
do presidente Fernando Henrique
Cardoso no programa de rádio

Palavra do Presidente:

"Ontem, eu me reuni, no Palácio do Planalto, com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Sepúlveda Pertence, com o presidente do Senado e do Congresso, senador José Sarney, com o presidente da Câmara dos Deputados, o deputado Luis Eduardo Magalhães, e com o ministro da Justiça.

Por quê? Porque nós somos os chefes dos Poderes Constituídos da República e temos de pensar — e com seriedade — sobre a questão social no Brasil. É claro que nós todos estamos ainda chocados com o episódio ocorrido lá, no Pará, com a morte de tanta gente, que pagou com a vida uma violência para a qual o Brasil não dá a desculpa, não aceita mesmo.

Mas nós temos que pensar, além disso, nós temos que pensar, também, na questão social do Brasil. E nós sabemos que a reforma agrária é um anseio. Nós sabemos, também, que há muita gente que, embora não tenha tido jamais um pedaço de terra, anseia por uma condição melhor de vida.

E, muitas vezes, nos movimentos, se juntam os dois tipos de pessoas, os que já trabalhavam com terra e os que, não tendo terra, querem ter um pedaço de terra para sobreviver. São muitos brasileiros.

O governo tem feito muito esforço nessa direção. Devo dizer, com toda a seriedade, que, desde que assumi o governo, mandei que se acelerassem os processos de assentamento rural, ou seja, de entrega de terra àqueles que precisam de terra para trabalhar.

No ano passado, nós assentamos 42 mil famílias. Em média, no Brasil, foram assentadas 16 mil famílias. No momento de auge, quando mais se assentou, nós anos 80, num daqueles anos, foram 32 mil famílias. Portanto, o governo trabalhou. É claro que muitas dessas famílias foram assentadas em terras cuja desapropriação já vinha de outro governo, do governo Itamar Franco, do qual eu era ministro também.

Pois bem, e, assim, nós vamos continuando a assentar. Há limites para isso. Não há limites de dinheiro, não. Eu já disse — e disse reiteradamente àqueles que são responsáveis pela área rural — que, para assentamento rural, para o assentamento mesmo e para a desapropriação de terras, o governo não terá limite para tudo que for necessário; tudo com muito empenho, para que haja a possibilidade do assentamento.

Entretanto, há outros limites. Primeiro, é a lei. A lei, muitas vezes, dificulta o processo de negociação com o proprietário, para que haja a desapropriação.

E há uma enorme quantidade de decisões judiciais, liminares que mandam, simplesmente, devolver ao proprietário a terra. E, muitas vezes, a terra está ocupada. E, para desalojar aqueles que estão na terra, é preciso que a polícia interfira. E, muitas vezes, a polícia não está preparada, como no caso do Pará, e o faz com violência.

Nós temos que olhar os dois lados. Primeiro, é preciso fazer com que haja mais negociação nos movimentos daqueles que querem terra. Não se pode apoiar a ocupação indiscriminada de terras. Em segundo lugar, é preciso providenciar que a lei seja mais flexível, que permita uma negociação mais rápida. E, em terceiro lugar, é preciso que haja, também, um preparo maior das polícias e um controle maior das polícias para que elas não façam a violência, não pratiquem a violência.

Nós discutimos tudo isso. Os presidentes da Câmara e do Senado se comprometeram — e já era o interesse deles — a agilizar projetos que o governo mandou para o Congresso, há dez meses, sobre os mecanismos para entregar terra, de desapropriação de terra.

É claro que o Congresso vai ter que debater, vai ter que ver os vários lados da questão, porque nós não podemos, também, deixar que alguém que tem, legitimamente, uma terra, de repente, essa terra seja invadida, e sendo uma terra produtiva, que ele perca a propriedade sobre a terra. E, por outro lado, temos que ver, também, que há terras que são improdutivas e que é preciso, nesse caso, agilizar o processo de ocupação.

O Senado também vai discutir outra questão importante. É que os crimes praticados por policiais militares vão ser julgados, agora, por tribunais civis. E uma lei que está lá, foi refeita lá, na Câmara, e está no Senado e tem o apoio do governo.

Enfim, estamos tomando medidas pertinentes, para que nós mudemos o País.

Agora, para isso, eu vou fazer, mais um vez, um apelo: não é hora de nós, simplesmente, explorarmos uns fatos que são terríveis. É hora de nós construirmos. É preciso que haja entendimento. É preciso que haja negociação, que todas as forças políticas, em primeiro lugar, pensem no povo e não em tirar vantagem. E, portanto, que venham discutir com seriedade com o governo.

O governo está aberto. Está apelando à discussão. Recebi, muitas vezes, a Contag, que reúne os trabalhadores do campo. Recebi, algumas vezes, até mesmo os dirigentes dos sem-terra. Estou disposto a receber todos que venham discutir com seriedade. Falei com o governo e com a oposição. Estamos dispostos a isso. Os presidentes do Supremo Tribunal, da Câmara e do Senado, da mesma maneira.

Então, está na hora de nós construirmos um Brasil sem violência, com respeito à lei, mas, sobretudo, que preste atenção que é preciso dar terra a quem tem, legitimamente, o direito de obtê-la."

ESTADO DE SÃO PAULO

24 ABR 1996